

## **A criação e o funcionamento do curso Normal Estadual em Paranaíba/MT (1967-1975)**

**Noely Costa Dias Garcia**, Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS; Especialização em Educação pela mesma Universidade; Mestrado em Educação - UEMS/ 2015, [noelycdgarcia@terra.com.br](mailto:noelycdgarcia@terra.com.br)

**Milka Helena Carrilho Slavez**, Doutorado em Educação - PUC/SP (2012), Professor adjunto do curso de Pedagogia, Especialização em Educação e Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, [milka@uems.com.br](mailto:milka@uems.com.br)

---

**Resumo:** O presente texto visa contribuir para a produção da história de formação de professores primários no município de Paranaíba e nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com base no estudo dos processos de criação e funcionamento da Escola Normal Estadual de Paranaíba, entre 1967 e 1975. A pesquisa constituiu-se a partir dos procedimentos de levantamento, localização, recuperação, seleção, organização e análise de documentos encontrados nas Secretarias de Estado do Mato Grosso, no Arquivo Público em Cuiabá/MT e nos arquivos escolares da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa. Este estudo fundamentou-se na abordagem histórica, no âmbito da Educação, na vertente da Nova História. Os resultados alcançados indicaram que a Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT contribuiu para a formação de professores primários no município e no Estado de Mato Grosso, embora tenha enfrentado dificuldades em seus processos de criação e funcionamento, por ter sido implantada em um momento histórico em que essa região possuía um número significativo de habitantes residentes ainda na zona rural, somados aos problemas com a distância da capital, Cuiabá. Apesar de ter sido instalado no final dos anos 1960, o curso teve pouca procura pelos moradores, em vista da grande quantidade de professores leigos na região.

**Palavras-chave:** História da Educação, História da Formação de Professores, Curso Normal em Paranaíba.

### **Creation and functioning of the State Normal course in Paranaiba / MT (1967-1975)**

**Abstract:** The present text aims to contribute to the production of the history of the formation of primary teachers in the city of Paranaíba and in the state of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, based on the study of the process of creation and operation of the Normal State School of Paranaíba between 1967 And 1975. The research consisted of the procedures for surveying, locating, retrieving, selecting, organizing and analyzing documents found in the State Secretaries of Mato Grosso, in the Public Archive in Cuiabá / MT and in the school archives of the Aracilda State School Cícero Corrêa da Costa. This study was based on the historical approach, in the sphere of education, in the New History. The results indicated that the State Normal School of Paranaíba / MT contributed to the formation of primary teachers in the municipality and in the state of Mato Grosso, although it faced difficulties in its creation and operation because it was implanted at a historical moment in which This region had a significant number of inhabitants still living in the rural area, added to the problems with the distance of the capital, Cuiabá. Although it was installed in the late 1960s, the course had little demand for residents, given the large number of lay teachers in the region.

**Keywords:** History of Education, History of Teachers' Qualification Background Development, Teachers' Qualification Course in Paranaíba.

---

## Introdução

Este estudo visa contribuir para a produção de uma história sobre a formação de professores primários no município de Paranaíba e nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com base nos processos de criação e funcionamento da Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT, entre 1967 e 1975.

Inicialmente, apresenta-se como ocorreram os processos de criação e funcionamento do ensino destinado à formação de professores pela Escola Normal Estadual, no município de Paranaíba/MT, no período de 1967 a 1975. Também, são apresentados dados sobre a constituição e o desenvolvimento desse município, para que, no decorrer do estudo, seja possível compreender quais foram os fatores que determinaram a implantação e a consolidação da Escola Normal Estadual em Paranaíba. Assim, pretende-se expor sobre uma parte da história desse município, com destaque para o modo como ocorreu a expansão da instrução pública primária da região, uma vez que a criação da Escola Normal se concretizou em meados da década de 1960.

O ano de 1967 foi determinado para iniciar o recorte cronológico desta pesquisa, em virtude de representar o início do funcionamento da Escola Normal Estadual em Paranaíba, no prédio cedido pelo Rotary Club. E o ano de 1975 encerra o presente estudo, por tratar-se do período em que o curso Normal, por meio da implantação da Lei nº 5.692/1971, passou a ser denominado Habilitação Específica para Magistério, com exercício de suas atividades educacionais no prédio em que funciona hoje a Escola Municipal Professora Maria Luiza Correa Machado<sup>1</sup>. Ainda em 1975, a Escola Normal Estadual de Paranaíba recebeu uma nova denominação, passando a ser chamada de **Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aracilda Cícero Corrêa da Costa**, em homenagem à professora Aracilda Cícero Corrêa da Costa, primeira normalista a chegar em Paranaíba, além de ter sido importante na expansão da educação primária no município.

Esta pesquisa fundamentou-se na perspectiva apresentada pela Escola dos *Annales*, que se iniciou na França, nas décadas de 1920 e 1930, a qual permitiu observar a mudança de conceitos e fontes, uma vez que renovou e ampliou os estudos no campo da história.

---

<sup>1</sup> Maria Luiza Correa Machado foi uma das primeiras filhas de Paranaíba a fazer parte do quadro profissional de professoras lotadas no Ginásio Estadual Wladislaw Garcia Gomes. Ingressou na carreira do Magistério em 1956 (BRANDÃO, 1998).

Assim, amplia-se a noção de documento, admitindo que a história se faça com documentos escritos, mas sendo também necessário tomar a palavra *documento* no sentido mais amplo, abrangendo documentos escritos, ilustrações, sons, imagem, ou qualquer outra maneira de registro. Tudo pode ser documento, desde que o historiador tenha entendimento para compreender o que será utilizado como fonte (BURKE, 2010).

Nesse contexto, entende-se que várias são as fontes históricas possíveis para se compreender um determinado momento histórico. A utilização das fontes na construção de trabalhos na perspectiva da História Cultural não visa encontrar a verdade sobre o cenário que se estuda, entretanto, ocupando-se das práticas culturais do cotidiano, busca a verossimilhança e enxerga outros sujeitos com suas histórias, ou seja, representações de possíveis verdades (CHARTIER, 1991; CHERVEL, 1990; PESAVENTO, 2014).

A proposta teve, em seu percurso, a utilização de fontes históricas, entendidas como indícios (GINZBURG, 1989), cultura e representações (CHARTIER, 1991), vestígios (PROST, 2012), para, assim, compreender as contribuições das representações, normas e práticas (CHERVEL, 1990) referentes aos processos de criação, funcionamento e mudanças ocorridas no âmbito da criação e do funcionamento do Curso Normal Estadual em Paranaíba.

Portanto, o presente artigo fundamentou-se em uma abordagem histórica, no âmbito da História da Educação, que, por meio do estudo de revisão bibliográfica e análise de fontes históricas, buscou compreender como ocorreu a formação de professores no antigo curso Normal Estadual na cidade de Paranaíba. Do mesmo modo, a pesquisa se concretizou com base nos procedimentos de levantamento, localização, recuperação, seleção, organização e análise das fontes documentais localizadas nas instituições e nos arquivos visitados.

No decorrer da investigação, optou-se por coletar os dados utilizando-se a metodologia proposta por Ginzburg (1989), no Paradigma Indiciário, em permitir ao pesquisador, por meio de vestígios e fontes lacunares, enxergar aquilo que jamais foi visto por alguém, uma vez que esse método admite uma escala de análise sobre as fontes de maneira reduzida e de forma exaustiva.

Sob o mesmo ponto de vista, Paes (2011), citado por Oliveira (2014, p. 22), apresenta sua análise em relação ao Paradigma Indiciário:

[...] o paradigma indiciário pode ser compreendido como um conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado em detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados como pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintomas (na terminologia psicanalítica). Os princípios desse paradigma são: o aspecto subjetivo, ou seja, as especificidades do objeto de estudo; o caráter indireto do conhecimento; inferir causas com base nos efeitos; além do exercício da conjectura e da imaginação criativa durante todo o processo de pesquisa. Já os procedimentos indicados são: a prática interpretativa interdisciplinar situada no âmbito da microanálise; a análise microscópica referida à redução de escala na observação do objeto e o estudo intensivo e minucioso do material documental.

Nessa perspectiva, diante das fontes localizadas, reunidas e selecionadas, buscou-se promover uma análise crítica, voltando o olhar para os indícios apresentados em todos os documentos, partilhando das ideias apresentadas por Prost (2012, p. 64), de que “[...] não há história sem crítica? [...] por referir-se ao passado, a história é, por isso mesmo, conhecimento através de vestígios”. Desse modo, cabe ao historiador refletir e contestar inúmeras vezes a leitura que faz sobre suas fontes.

Assim, após a organização dos documentos encontrados, foi realizada a leitura defendida por Prost (2012), na qual o historiador deve contrapor certas leituras da história, produzindo outros fatos, outras referências e outras datas, pois, em cada época, as representações feitas são analisadas com olhar diferente. Considerou-se, ainda segundo o referido autor, que o historiador deve ter um olhar afinado para a análise do seu documento, pois as fontes só terão importância se forem apreciadas pelo historiador como história, de modo que os questionamentos feitos em determinado período são diferentes em outro, pois os temas variam com o tempo e os interesses também se modificam.

### **Sant’Anna do Paranahyba/MT: desenvolvimento de uma região**

Desde o século XVIII, a região onde se situa o município de Paranaíba foi habitada pelos índios Caiapós<sup>2</sup>. Sob a liderança de Antônio Pires de Campos<sup>3</sup>, o célebre “Pai Pira”, entre 1739 e 1755, o espaço tornou-se bastante frequentado pelas expedições paulistas, que tinham como finalidade a captura de nativos para escravização. Somente a partir de 1830, a

---

<sup>2</sup> De acordo com Camestrini (2002), os índios Caiapós eram ubirajaras da denominação tupi que ocupavam parte de Goiás, do triângulo mineiro e o vácuo mato-grossense.

<sup>3</sup> Antônio Pires de Campos foi um Bandeirante Paulista que adentrou as terras do atual estado de Mato Grosso a cata de índios para vender como escravos em São Paulo (CAMPESTRINI, 1994).

região começou a ser povoada por várias famílias vindas de Minas Gerais, lideradas por José Garcia Leal<sup>4</sup> (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Segundo Camargo (2010), desde 1830, Sant'Anna do Paranaíba<sup>5</sup> foi povoada pelo movimento de expansão demográfica promovido pelos Garcia, pois os colonizadores mineiros foram atraídos pelas grandes extensões de vegetação, especialmente campos, pastagens naturais e pela presença de gado na região, uma vez que, tocando à frente escravos e gado, os colonizadores constituíram três léguas aquém de Paranaíba, seduzidos pelas águas existentes e pela fertilidade do solo que se apresentava a várias culturas de subsistência. Nessa perspectiva, Brazil (2009, p. 232, grifos do autor) acrescenta “[...] famílias inteiras de colonos, oriundas de Minas Gerais migraram, para ocupar parte dos sertões *devolutos* das Vacarias mato-grossenses”.

No ano de 1864, quando emergiu o maior conflito armado internacional na América do Sul, a Guerra do Paraguai, Sant'Anna teve uma participação fundamental, pois, nesse período, serviu de rota de apoio e de fuga aos envolvidos no conflito. Nesse cenário, Visconde de Taunay<sup>6</sup> atravessou a região registrando suas observações sobre os habitantes, seus hábitos e sobre sua natureza e, valendo-se de seus registros, escreveu o romance *Inocência*<sup>7</sup>, cujo drama se passa nesse universo, tornando a região conhecida em grande parte do Brasil e até no exterior.

Desse modo, durante a viagem, Taunay relatou paisagens, costumes, alimentação, doenças e moradias do sertão e dos locais por onde lhe ofereceram pouso. Em meio a suas narrativas, Alfredo Taunay registra Sant'Anna do Paranaíba, entre os anos de 1865-1867:

Transpondo um corregozinho e subindo um ladeira onde há mísera à casinholas, chega-se a principal rua da povoação, outrora florescente núcleo de população, hoje decimada das febres intermitentes, oriundas das enchentes do Paranaíba [...] 800 habitantes mais ou menos, três ou quatro ruas bem alinhadas, uma matriz em construção, há muitos lustros, os tipo melancólico de

---

<sup>4</sup> Nas palavras de Campestrini (1994), foi um desbravador do sul de Mato Grosso e um dos fundadores do município de Paranaíba.

<sup>5</sup> Optou-se por manter a ortografia de todas as citações conforme a época do estudo, visto que Paranaíba recebe a denominação de Sant'Anna do Paranaíba até 1938.

<sup>6</sup> De acordo com Camargo (2010), a missão de Taunay de narrar o cotidiano da Guerra misturava-se ao desejo de registrar o cotidiano do sertão. De sua determinação em celebrar a natureza e os costumes particulares do espaço por onde andou, fez registros importantes nos seus vários cadernos de textos, os quais, mais tarde, receberam o título de *Trechos de minha vida*.

<sup>7</sup> O romance *Inocência* foi escrito em 1871, ambientado na realidade mato-grossense e grande parte das narrativas de viagens e de guerra (CAMARGO, 2010).

uma vila em decadência, o silêncio por todos os lado, crianças anêmicas, mulheres descoradas, homens desalentados, eis a vila de Santana (CAMPESTRINI, 2002, p. 45-46).

No findar do século XVIII, a comarca de Sant'Anna do Parahyba, de acordo com Campestrini (1994, p. 12), era considerada “[...] o primeiro núcleo populoso do sul do Estado, pois devido à sua invejável posição geográfica, limitando-se, naquela época com Goiás, Minas Gerais e São Paulo”. Em consequência de sua posição geográfica, Brandão (1998) acrescenta que a região de Sant'Anna se tornou “ponto de passagem” de tropa de gado, que vinha desses estados vizinhos.

O município de Paranaíba contou com vários fatores que contribuíram para o seu povoamento, pois suas vastas terras férteis, campos excelentes e clima agradável beneficiaram a criação de gado com grande facilidade (BRANDÃO, 1998).

Diante de tantas transformações que ocorriam no município ao fim do século, foram sendo criadas estradas com o intuito de aperfeiçoar “[...] seus meios de comunicação, as terras de Santana tudo produziam proporcionando a seus habitantes bem-estar e progresso” (BRANDÃO, 1998, p. 12-13).

Embora a região tenha se desenvolvido nesse período, Campestrini (2002) apresenta, com base no censo de 1872, dados da população e também a situação do ensino em Sant'Anna do Parahyba. No sul de Mato Grosso, havia 10.447 habitantes, e na região de Sant'Anna do Parahyba, havia uma população de 3.234 habitantes, com 1.082 em idade escolar. De acordo com Campestrini (2002, p. 48), “O analfabetismo (em 1872), na região, alcançava 73% da população”, sendo a aula ministrada apenas por um professor, visto que, do total de 1.082, apenas 43 frequentavam aulas. Vale ressaltar que, nesse período, o quadro de profissionais liberais, segundo Campestrini (2002), se reduzia a um padre, quatro advogados, duas parteiras e um professor. Até 1890, a taxa de alfabetização da região era de apenas 14,5% da população.

Sob o mesmo ponto de vista, Campestrini (1994) esclarece que o território de Sant'Anna, até o final do século XIX, foi palco de lutas e disputas partidárias, o coronelismo entre as famílias tradicionais que ali fizeram morada, até mesmo contra os governos regionais, sempre movidas pelos sentimentos advindos da política do momento. Esse cenário de lutas na região de Sant'Anna do Parahyba perdurou de 1900 até 1922/1923, quando o estado de Mato Grosso passou a ser governado pelo Presidente Pedro Celestino Correa da

Costa; até então era uma região relegada e deficiente de Poder Público, que impulsionou os vários conflitos e desordens da época.

Até a década 1960, a região somava um total de 18.290 habitantes (IBGE, 1960), e apenas 4.082 residiam na área urbana do município, correspondendo a um total de 22,31% da população, porém 14.208 (77,69%) habitantes residiam na área rural da região.

De acordo com Brandão (1998), um dos grandes marcos para a cidade de Paranaíba fundamentou-se na gestão de Autogamis Rodrigues da Silva<sup>8</sup>, que, em 1964, firmou contrato com a Companhia Telefônica Brasil Central (CTBC) de Uberlândia/MG, para a instalação de telefones e, em seguida, começou a asfaltar algumas ruas – Barão do Rio Branco, Visconde de Taunay, Praça da República, Coronel Carlos e parte da Vigário Sales –, correspondentes hoje à área central da cidade.

Apesar de Paranaíba ter recebido a tecnologia da telefonia e melhoria na sua infraestrutura por meio de ruas asfaltadas, ainda no ano de 1970, conforme apontam os dados do Censo, a região de Paranaíba apresentava um total de 22.790 habitantes na zona rural e 8.510 habitantes na zona urbana. Desse modo, a população local ainda se mantinha no campo, sobrevivendo por meio do trabalho da agricultura e pecuária.

Até meados do ano de 1977, Paranaíba<sup>9</sup> pertencia ao estado de Mato Grosso e tinha como capital a cidade de Cuiabá. Atualmente, o município de Paranaíba é considerado o segundo mais antigo pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, perfazendo seus 158 anos de existência.

Portanto, é fundamental conhecer a história do município de Paranaíba, pois sua criação é relevante para a história do estado Mato Grosso do Sul, visto que este estado serviu de entrada aos migrantes mineiros, paulistas e goianos, no século XIX.

---

<sup>8</sup> Autogamis, segundo Brandão (1998), exerceu o cargo de tabelião de notas do primeiro ofício (registro de imóveis) de Paranaíba até 1949. Eleito prefeito de Paranaíba em 1963, com mandato até 1967, realizou várias obras durante sua gestão.

<sup>9</sup> No período em estudo, a cidade de Paranaíba pertencia ao estado de Mato Grosso, que veio a ser dividido, no ano de 1977, por meio da Lei Complementar n. 31, passando a ser denominado Mato Grosso do Sul.

## **Tempos de mudanças: estabelecimentos importantes na configuração do ensino na cidade de Paranaíba**

Até 1914, em Paranaíba, o cenário educacional, segundo Bertoletti (2015), registrava apenas duas escolas isoladas e dois professores efetivos trabalhando nessas escolas, sendo custeados pelo estado de Mato Grosso. Bertoletti (2013b, p. 4) informa que “[...] A situação não se modifica, pelo menos em relação ao número de escolas, até 1928, sendo uma masculina e uma feminina”, pois, até o começo de 1930, prevaleceu a existência de escolas isoladas, com regência de apenas um professor em salas de múltiplas idades e fases escolares.

De acordo com Campestrini (2002), a manutenção do número de escolas isoladas no município de Paranaíba, em 1914, até a instalação das escolas reunidas em 1935, é decorrente dos sucessivos conflitos e desordens que envolveram a região nas três primeiras décadas do século XX, ocasionando um número reduzido de habitantes na cidade, visto que o município era bastante extenso e somava um total de 35.000<sup>10</sup> habitantes, porém apenas 1.000<sup>11</sup> residiam na área urbana.

A situação da instrução pública em Paranaíba, em 1930, é simbolizada, conforme ilustra o relatório do Prefeito Municipal, Emílio Martins Ferraz à Câmara Municipal:

Havendo essa ilustre corporação extinguindo a escola municipal que funcionava nesta cidade, por falta de frequência legal e por esse motivo transformada em verdadeira sinecura, e ao mesmo tempo autorizado esta prefeitura a reabri-la uma vez que recebesse uma representação de trinta, de alunos conservando a referida escola fechada não recebemos a representação a que nos referimos.

Entrementes não deixamos de encarecer o valor da instrução pública escolar digo primária, com especialidade neste vasto município, onde a população escolar é elevada. O combate ao analfabetismo tem sido missão ou recuperação constante de todos administradores compenetrados da sua tarefa social, tanto assim é que todos os povos aplicam grandes verbas na disseminação da instrução pública, convencidos como se acham que serão fortes, felizes e progressistas, as nações cujos habitantes se distinguiram pela cultura, única forma pela qual se poderá

---

<sup>10</sup> O município de Paranaíba abrigava grande número de habitantes devido à sua grande extensão territorial, conforme esclarece Bertoletti (2015, p. 35) citando Campestrini (2002): “[...] o perímetro era estabelecido pelo rio Pardo (da foz no Paraná, hoje no Porto de novembro), até suas cabeceiras, em Camapuã; destas, por uma linha até as nascentes do Araguaia (acima de Costa Rica hoje); daí, por uma linha, às do rio Corrente (hoje em Goiás); por este e pelo Paranaíba, até o Paraná e, por este, até a foz do Pardo”. De acordo com Bertoletti (2015), no início do século XX, a região de Paranaíba começou a ser desmembrada para formar outros municípios, como Três Lagoas (1915), Aparecida do Taboado (1948), Cassilândia (1954) e Inocência (1958).

<sup>11</sup> Dados referentes ao ano de 1914.



gozar verdadeiramente e conscientemente da liberdade, porque, na realidade, quem ignora, não pode ter independência moral.

As rendas do município não permitem como nosso desejo a criação de tantas escolas quantas fossem precisas, no entanto, mantém a Prefeitura uma escola na fazenda Cupins e outra no distrito de paz de São Pedro. (FERRAZ, 1930 apud CAMPESTRINI, 2002, p. 188).

Embora houvesse apenas essas duas escolas rurais na região de Paranaíba em 1930, Bertoletti (2013b, p. 5) explica que “inúmeras outras foram criadas, isso porque a extensa população rural do município, cujas atividades econômicas consistiam em pecuária e agricultura (especialmente arroz) prevaleceu superior à população urbana, pelo menos, até o Censo de 1970”. Então, até o final dos anos de 1950, encontrou-se registro da criação de 29 escolas rurais e, em 1960, um total de 37 escolas rurais (FREITAS, 2011). De acordo com Bertoletti (2015), no início de 1970, foram criadas mais nove escolas rurais.

Desse modo, Bertoletti (2012), citando Alves (2015), afirma que, com disputas pelo poder local e pela distância da capital (Cuiabá), Paranaíba encontrou dificuldades quanto à organização da escola primária, sobretudo na zona urbana, prevalecendo, até a década de 1930, aulas particulares ministradas nas residências de professores para o ensino inicial da leitura e da escrita.

A partir da década de 1930 até 1975, segundo Alves (2015), foram registradas sete escolas primárias urbanas em Paranaíba, sendo organizadas em: Escolas Reunidas Sant’Anna de Paranaíba (1935-1945); Grupo Escolar José Garcia Leal (1945-1975); Escola Particular Nossa Senhora Sant’Ana (1951); Educandário Santa Clara (1955); Patronato de Menores São José (1961); Colégio Batista Paranaíbense (1962-1980); Grupo Escolar Major Francisco Faustino Dias (1972)<sup>12</sup>.

De acordo com Freitas (2011), em 1945, ocorre a criação do primeiro Grupo Escolar em Paranaíba, por meio do Decreto nº 199, de 5 de maio, com a transformação das Escolas Reunidas de Sant’Anna do Paranaíba no Grupo Escolar José Garcia Leal, o qual foi extinto no ano de 1971, pela Lei nº 5.692.

Diante do exposto, pode-se verificar que, embora tivessem sido criadas poucas escolas para o ensino primário, poucos também eram os professores normalistas na região para trabalhar nessas escolas, pois, de acordo com Campestrini (2002), até 1950 havia

---

<sup>12</sup> Lista de escolas organizada pela autora com base em estudos de Bertoletti (2012), documentos escolares (Decretos de Instalação e Funcionamento) e, ainda, entrevistas informais e visitas em algumas dessas instituições.

apenas cinco professoras normalistas trabalhando em escolas primárias na cidade, as quais foram, segundo Bertoletti (2014), formadas pela Escola Normal de Cuiabá, sob orientação direta dos primeiros professores paulistas que foram contratados pelo estado de Mato Grosso. No entanto, os demais professores que atuavam nas escolas de Paranaíba eram leigos.

A formação de professores no Mato Grosso, de acordo com Bertoletti (2014, p. 13), reduzia-se, portanto, a:

[...] duas escolas normais, em 1941, uma em Campo Grande, cerca de 400km de Paranaíba, e outra na capital, Cuiabá, cerca de 1000km. Faltavam estradas asfaltadas e as demandas sociais eram muitas. Paranaíba era um município com uma Escola Reunida que se tornou Grupo Escolar, com algumas escolas particulares e com inúmeras escolas rurais, no período abordado. Com a grande extensão territorial, prevalecia a realidade rural; havia inúmeros conflitos políticos, falta de continuidade de outros níveis de escolarização e de bibliotecas públicas; assim havia muitos entraves na adequada preparação dos mestres. Restava a esses sujeitos as utopias e os sobressaltos no exercício da profissão.

Assim, no decorrer dos anos, a cidade de Paranaíba passou a apresentar cada vez mais a necessidade de criar meios e locais apropriados para que pudesse oferecer à população dessa localidade mais instrução. Cabe salientar que, até então, as famílias que desejassem que seus filhos tivessem melhor formação, com continuidade nos estudos, deveriam enviá-los a cidades maiores, matriculando-os em colégios internos ou contando com apoio de parentes para hospedá-los.

A fim de promover, no município de Paranaíba, uma formação para professores, no ano de 1964, passou a funcionar, nas dependências do prédio Educandário Santa Clara, a primeira Escola Normal Santa Clara<sup>13</sup>, autorizada pelo Decreto Estadual nº 654/64, sendo mantida com verbas municipais, estaduais e da ordem religiosa que a dirigia, funcionando no período de quatro anos apenas o primeiro ciclo. É importante destacar que, dois anos após a criação da Escola Normal Santa Clara, é criada a Escola Normal Estadual de Paranaíba, pela Lei nº 2.635, no dia 3 de agosto de 1966.

O ensino do Curso Normal do Educandário Santa Clara funcionou até o início do ano de 1967, quando, nessa época, foi solicitada e concedida a transformação desse curso em ginásio secundário, pelo Conselho Estadual de Educação. A interrupção do

---

<sup>13</sup> A esse respeito, ver Garcia (2015, p. 78-85).

funcionamento do curso ocorreu, conforme foi observado na leitura da Ata nº 11<sup>14</sup> do dia 27 de fevereiro de 1967, quando a diretora da escola Educandário Santa Clara resolve suspender o funcionamento da escola anexa à Escola Normal Santa Clara, em virtude de, no ano de 1966, essa escola ter funcionado de forma deficitária, com uma primeira série composta por apenas seis alunas; e que, em 1967, obteve-se o mesmo número reduzido de alunas. De acordo com Dias (1968), as alunas que estavam matriculadas nesse estabelecimento foram transferidas para outros estabelecimentos congêneres<sup>15</sup>, em tempo hábil para dar continuidade aos estudos. Vale ressaltar que, no ano de 1968, de acordo com Dias (1968), no Educandário Santa Clara havia 481 alunos, sendo 35 do pré-primário, 345 do primário, 95 do ginásio e 6 do normal.

Os alunos transferidos da Escola Normal do Educandário Santa Clara foram matriculados, no ano de 1969, na Escola Normal Estadual, que era de responsabilidade do Estado de Mato Grosso e estava em funcionamento desde 1967, no prédio cedido pelo Rotary Club.

As informações obtidas por meio de documentos permitiram notar que houve uma forte influência do Rotary Club na criação da Escola Normal Estadual, muito além de ceder o prédio para o funcionamento do Curso Normal Estadual de formação de professores primários para o município.

Muitos foram e são os trabalhos desenvolvidos pelos rotarianos, cujos membros acabaram desempenhando um papel fundamental na área social do município de Paranaíba. Destaca-se, nesse contexto, a cedência do prédio onde funcionou por três anos (1967-1969) a Escola Normal Estadual, com o curso que tinha por finalidade formar professores para atuar nas escolas primárias dessa cidade, até que tivesse prédio próprio. No mesmo período de funcionamento da Escola Normal, funcionaram também no prédio do Rotary, paralelamente, conforme esclarece Brandão (1998), as atividades da Casa da Amizade, órgão formado pelas esposas dos rotarianos que promoviam ações fundamentais na área social.

---

<sup>14</sup> Fonte localizada no colégio Educandário Santa Clara, a partir dos processos de levantamento, localização, recuperação, seleção e organização de documentos durante o período de coleta de dados da pesquisa.

<sup>15</sup> Termo retirado do documento original, sendo essa a Ata de Reunião nº 11, que se encontra no arquivo da Escola Educandário Santa Clara.

Um dos registros obtidos sobre a primeira turma do Normal, que deu início ao curso no ano de 1967, no prédio do Rotary Club, e concluiu no ano de 1969, no mesmo local, é a fotografia expressa na Figura 1.



Figura 1 - Fotografia 1ª turma de Formandos do Curso Normal (1969). Fonte: Lacerda (1969).

Conforme pode ser observado, a Figura 1 mostra apenas 12 formandos da primeira turma (1967-1969), entretanto, por meio de outras fontes localizadas, apurou-se que o número de formandos foi de 16 normalistas.

Após formar essa primeira turma, o curso mudou de prédio, passando a funcionar na Rua Maria Cândida de Freitas, nº 1.505, onde atualmente funciona a escola Professora Maria Luiza Correa Machado. Neste local, o curso de formação de professores funcionou de 1970 a 1992<sup>16</sup>, mudando-se depois para prédio próprio.

Até o ano 1975, a Escola Normal Estadual desenvolvia suas atividades ainda em prédio cedido com essa denominação, entretanto, a partir do Decreto nº 2.499, de 11 de março de 1975, passou a ser denominada Escola Estadual de 1º e 2º Grau Aracilda Cícero Corrêa da Costa (MATO GROSSO, 1975), em homenagem à professora Aracilda Cícero

<sup>16</sup> Até 1975, teve a denominação de Curso Normal e, depois desta data, passou a ser denominado Habilitação Específica para o Magistério.

Corrêa da Costa, primeira normalista na região. Segundo Brandão (1998), Aracilda, com seus ideais, sempre lutou junto às autoridades por melhores condições na educação do município. Também foram encontrados indícios em um carimbo de livro-ponto da escola, no ano de 1972, cuja denominação referente ao Curso Normal nessa época era “Escola Normal Professora Aracilda Cícero Corrêa da Costa”.

Em 11 de março de 1975, segundo os dados obtidos pelo *site* da Escola Aracilda, esse estabelecimento passou a atender também à clientela de 1º grau. Em 22/12/88, obteve autorização para atuar na Educação Infantil e, em 17/08/95, começou a atender ao 2º grau não profissionalizante (ESCOLA ESTADUAL ARACILDA CÍCERO CORRÊA DA COSTA, 2014).

### **Curso Normal Estadual: da criação ao funcionamento**

Para a reconstrução da história do Curso Normal Estadual de Paranaíba, vale partilhar das convicções de Le Goff (2003), ao expor que o documento é um monumento, e o mesmo é resgatado pela memória coletiva da sociedade na qual ele foi elaborado. Logo, cabe ao historiador verificar o que é verdade e o que é falso em um documento, pois em documento não existe uma verdade absoluta. Assim, cabe ao pesquisador verificar a verossimilhança dos fatos em cada fonte selecionada para que possa compor a história desse curso.

Além disso, Le Goff (2003, p. 525), sobre a escrita da história e suas fontes, enuncia que

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.

Para análise das fontes que foram sendo localizadas, reunidas e selecionadas, procedeu-se conforme Ginzburg (1989, p. 144) o fez, ao analisar uma série de leituras com base nos quadros de Morelli:

[...] é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portando mais facilmente imitáveis, dos quadros [...]. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos e dos pés.

O referido autor expõe que cabe ao historiador observar aquilo a que os falsificadores não se atentam nas obras de arte, deixando de lado os detalhes que são visíveis ao autor ou a um observador cuidadoso. Nessa perspectiva, seguindo o método indiciário, decidiu-se partir de uma escala de observação exaustiva sobre esses documentos a fim de entender como se configurou a formação de professores na Escola Normal de Paranaíba.

Nesse sentido, identificou-se, na publicação no Diário Oficial, referente ao dia 3 de agosto de 1966, a criação de uma Escola Normal (2º ciclo) na cidade de Paranaíba, amparada pela Lei Estadual nº 2.635<sup>17</sup>, no governo de Pedro Pedrossian (GARCIA, 2013), que dispunha para lotação os seguintes cargos: um diretor, um secretário, quatorze professores, um escriturário, um inspetor de alunos e um porteiro.

Entretanto, para dar início ao funcionamento da Escola Normal de 2º Ciclo na cidade de Paranaíba criada em 1966, em conformidade com a Lei Estadual nº 2.635/66, no início de 1967, foi emitido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso o Parecer nº 12/67, solicitando autorização junto ao Conselho Estadual de Educação. Segundo exigências apresentadas nesse documento, as instalações da escola e as documentações exigidas pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso deveriam estar em conformidade com a Lei Estadual nº 2.635/66, uma vez que, havendo irregularidades de uma dessas partes, não seria permitido dar início às aulas. Assim, esperava-se que toda a parte de arquitetura estivesse adequada e também a documentação para que fosse concedida a autorização para o funcionamento.

Cumpridas as exigências regulamentares e, considerando, ainda, a documentação regularizada, ficaria responsável o Conselheiro Gracildes Melo Dantas por emitir seu parecer sobre o início do funcionamento da Escola Normal. Desse modo, Gracildes Melo Dantas enviou, no mês abril de 1967, outro parecer como resposta, enfatizando que foi apurado o resultado dos documentos relacionados ao Parecer nº 12/67.

---

<sup>17</sup> Essa lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967.

Para exercer algum dos cargos profissionais (diretor, diretor-substituto e secretário) na Escola Normal, caberia ao candidato comprovar idoneidade moral e social e, no caso do professor, ele também deveria prestar o exame de suficiência<sup>18</sup>, conforme regulamentado no artigo 117 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prescrevendo-se que preencheria o cargo aquele que fosse aprovado nesse teste.

Depois de ser aprovado o funcionamento da Escola Normal de Paranaíba, foi enviado pelo Conselho Estadual de Educação o regimento interno com normas disciplinares que deveriam ser seguidas pela escola e que foram designadas pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. De acordo com esse documento, a escola ficaria sujeita à inspeção pelos Delegados Regionais de Ensino e servidores habilitados para tal função.

Em conformidade com o regimento interno, os candidatos que pretendessem estudar na Escola Normal Estadual teriam que realizar o exame de admissão, que era ofertado, na época, pelo Ginásio Estadual Wladislau Garcia Gomes<sup>19</sup>.

Os exames de admissão, de acordo com Simões (2014), eram estratégias do governo na tentativa de dar oportunidade de continuação dos estudos ao menos àqueles que se despontavam como mais “capazes”, ou que possuíam condições materiais para continuar os estudos.

No exame, os alunos eram avaliados nas disciplinas: Português, Geografia, Aritmética e História. Após matricular-se na Escola Normal, a frequência era obrigatória, o aluno deveria ter, no mínimo, 75% de frequência das aulas. O controle de frequência, nesse período, era indispensável. Quanto às atribuições de notas, o professor deveria avaliar o seu aluno por meio de trabalhos, arguições, provas e exames com valores graduados em números inteiros de zero a dez, com exceção das provas finais.

Entretanto, o aluno poderia ser aprovado para o ano seguinte, mesmo que tivesse sido reprovado em uma matéria, mas a aprovação só aconteceria se obtivesse, nas outras disciplinas, média igual ou superior a seis, conforme era previsto no regimento interno. Apenas seria reprovado caso a soma das notas mensais fosse menor que 20 pontos.

Os candidatos inscritos nessas turmas, para serem aprovados e cursar a série seguinte, deveriam atingir a média cinco em cada matéria ofertada. O currículo do Curso Normal compreendia as seguintes disciplinas escolares expressas no Quadro 1.

---

<sup>18</sup> Conforme estabelece a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro 1961.

<sup>19</sup> De acordo com Bertolotti (2015), o primeiro ginásio criado na cidade de Paranaíba foi em 1957.

**Quadro 1** - Disciplinas Escolares do Curso Normal Estadual (1967-1969)

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>1ª SÉRIE</b>	<b>2ª SÉRIE</b>	<b>3ª SÉRIE</b>
Português	X	X	X
Matemática	X	X	X
História	X	X	—
Geografia	X	X	—
Ciências	X	—	—
Biologia	—	X	X
Metodologia	X	X	X
Psicologia	—	—	X
Sociologia	—	—	X
Filosofia	—	—	X
Inglês	X	X	—
Desenho	X	X	X
Educação Artística	X	X	X
Educação Cívica	—	—	X
Educação Física	X	X	X

Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa (ficha individual dos alunos, 1967-1969)

Conforme ilustra o Quadro 1, na primeira e na segunda séries, foram oferecidas dez disciplinas; e na terceira, onze. Poucas dessas disciplinas foram cursadas nos três anos do curso e outras foram oferecidas apenas no último ano. É o caso da disciplina de Metodologia, que oportunizava às normalistas uma formação voltada à sua prática, uma vez que estava vinculada às aulas de estágios supervisionados. A disciplina de Metodologia<sup>20</sup>, no Curso Normal Estadual de Paranaíba/MS, apresentava um aspecto mais informativo, pois o seu conteúdo sugeria ao futuro docente o que ensinar, assinalando técnicas e saídas para exercer sua prática pedagógica em sala de aula.

Nessa perspectiva, Bittencourt (2003) esclarece que cada disciplina escolar faz parte de um currículo e institui conhecimentos caracterizados como significados apropriados diariamente nas salas de aula.

Nesse sentido, é instigante refletir como os órgãos responsáveis pela educação no Estado de Mato Grosso elaboravam os currículos e exigiam que tais disciplinas fossem inseridas no Curso Normal para formação de professores em Paranaíba, uma vez que o ensino tinha como finalidade a “formação de professores, orientadores, supervisores e

---

<sup>20</sup> Resultados apresentados da pesquisa intitulada **O ensino da disciplina Didática no curso normal em Paranaíba (1967-1971)**, elaborada por Garcia (2013).



administradores escolares destinados ao ensino primário” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1963, p. 6).

Desse modo, as disciplinas de Psicologia, Sociologia e Filosofia, que são consideradas atualmente como fundamentos de ensino, que proporcionam elementos importantes para a formação no âmbito histórico, filosófico e psicológico, possibilitando ao professor uma reflexão sobre a sua prática pedagógica em sala de aula, foram estudadas apenas no último ano do curso; ao passo que as disciplinas Português, Matemática, Metodologia, Desenho, Educação Física e Educação Artística estiveram presentes em todos os anos.

À vista do exposto, o quadro de profissionais que trabalharam no Curso Normal Estadual de Paranaíba era de 17 professores, e apenas quatro tinham formação em Curso Normal, os demais não possuíam formação relacionada com o Magistério. Entre esses profissionais, havia médico, advogado, dentista e farmacêutico. Esses profissionais, de certo modo, não possuíam formação para trabalharem na formação de professores, porém, colaboraram para que o curso funcionasse, porque se não houvesse um corpo docente a abertura do curso não aconteceria.

Além disso, os poucos professores com formação pedagógica que trabalharam no Curso Normal de Paranaíba receberam sua formação no estado de São Paulo, na cidade de Araçatuba, na instituição Colégio Nossa Senhora Aparecida, pois era um costume local os pais que podiam pagar pelos estudos enviar seus filhos para aquela cidade paulista.

### **As mulheres na educação: as normalistas de Paranaíba**

A profissão docente começou a ter um tratamento diferenciado no Brasil, no final do século XVIII, impulsionada pelas mudanças políticas<sup>21</sup> e sociais que ocorriam no país naquele período, uma vez que a educação ampliou-se e muitas iniciativas<sup>22</sup> foram criadas e mantidas pelo Estado.

Em consequência dessas transformações, iniciou-se a expansão da instrução pública no país, que, conseqüentemente, propiciou um aumento na demanda por profissionais da

---

<sup>21</sup> Como bem aponta Piletti (1996), é nesse momento que se intensifica o processo de expansão urbana e de industrialização, proporcionando o surgimento de uma nova classe social trabalhadora.

<sup>22</sup> De acordo com Vicentini e Lugli (2009), no decorrer do processo, marcado por transformações políticas e sociais, a instituição escolar passou a ser considerada a forma mais adequada de educar as futuras gerações em detrimento das outras maneiras criadas até então para tal finalidade.

educação para trabalhar em escolas com oferta do ensino primário. Desse modo, foram sendo criadas as primeiras Escolas Normais no Brasil, em meados do século XIX.

Entretanto, o Governo Federal pouco participou das iniciativas relacionadas à formação de professores e, desse modo, alguns Estados se tornaram referência para outros. A esse respeito, Tanuri (2000, p. 68) menciona que

A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás e outros.

A instrução pública no Estado de Mato Grosso, assim como em alguns Estados brasileiros, recebia influência de reformadores paulistas. Este tema, para Amâncio (2008), começou a ser incluído nas discussões dos governantes quando estes perceberam e reconheceram as ideias que apontavam a educação como necessária ao progresso, mas, para propiciar a disseminação do ensino primário no estado, seria necessário, também, investir na formação docente.

Nesse sentido, a cidade de Paranaíba também recebeu fortes influências em sua educação, uma vez que os mestres que atuavam na formação dos seus professores primários tinham estudado no Estado de São Paulo e na capital do Estado.

Do Estado de São Paulo, especificamente da cidade de Bauru, vieram as quatro irmãs franciscanas para trabalhar no Curso Normal do Educandário Santa Clara e, da cidade de Araçatuba, vieram as primeiras normalistas formadas para trabalhar no Curso Normal do Estado.

Tomando-se por base os documentos localizados e digitalizados, hoje em prédio próprio – Av. Durval Rodrigues Lopes, n. 500, Ipê Branco –, na Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, procedeu-se uma análise para desvendar os vestígios deixados em cada fonte, com o intuito de responder a algumas questões, bem como identificar quem foram essas alunas da Escola Normal. Quando nasceram? Quando cursaram o Normal? Finalizaram o curso? Quais foram as exigências do curso? Quais foram as disciplinas? E os períodos de estudo? Eram apenas moças que procuravam pelo curso? Eram naturais de Paranaíba?

Nessa perspectiva, para responder às questões suscitadas, foram analisados os seguintes materiais<sup>23</sup>: fichas individuais dos alunos, requerimento de matrículas, certidão de nascimento, atestado de saúde e de vacina, trabalhos referentes às disciplinas, avaliações que foram realizadas por aqueles que ficaram de exame e o histórico escolar, entretanto, não eram todas as pastas que continham essas documentações integralmente. Havia arquivo de aluno que estava vazio.

Conforme análise dos documentos localizados, constatou-se que foram matriculados, no ano de 1967, 23 alunos, dos quais 21 eram do sexo feminino e 02 do sexo masculino, a idade variava entre 16 e 30 anos, visto que a maioria era natural da cidade de Paranaíba. Nessa turma, houve quatro desistências. Vale ressaltar que o ensino, nesse período, era oferecido no período diurno.

Em 1968, o número de alunos matriculados na Escola Normal foi menor em relação ao ano de 1967, uma vez que, dos 16 candidatos que se matricularam, apenas 10 finalizaram o curso, os outros 06 desistiram ou foram transferidos para outra escola, em outra região. Embora a oferta do curso no ano de 1968 continuasse a mesma, houve diminuição na procura, o número de desistências e transferências foi significativo, somando 37,5%.

Vale ressaltar que, ainda em 1968, localizou-se um livro que fazia referência a uma reunião de professores realizada no dia 16/03/1968, na qual foi discutido sobre as faltas de alunos, como também dos professores, destacando a pontualidade e o uso do uniforme.

No ano de 1969, conforme análise dos documentos, os números de matrículas ultrapassaram os dos dois últimos anos. No entanto, ao comparar as matrículas dos alunos da primeira turma da Escola Normal, notou-se que houve uma diminuição de 07 alunos de 1967 para 1968 o que representa 30,43 %. Entretanto, de 1968 para 1969, houve um aumento de 14 alunos, que representa 87,5%; ao passo que, no ano anterior, foram poucos os candidatos que concluíram o Normal. Muitas dessas alunas da primeira turma da Escola Normal Estadual não terminaram o curso, umas foram transferidas, outras desistiram por algum motivo e algumas vieram de outras instituições.

---

<sup>23</sup> Esses documentos foram localizados e escaneados por Maysa Mendes da Conceição, que desenvolveu o Projeto de Extensão intitulado “Arquivos Escolares: a digitalização da base documental da Escola Aracilda Cícero Corrêa da Costa”, realizado no âmbito do grupo de estudos GEPHEB.

O cenário de Paranaíba não fugiu da realidade na qual se encontrava o restante do Brasil, no que se refere à maioria das figuras femininas ocupar os bancos escolares dos Cursos Normais que formavam professores para atuarem em escolas primárias.

Esse maior número do sexo feminino matriculado no Curso Normal, em Paranaíba, era um reflexo de tudo que o país vinha passando. Até o final do século XVIII e início do século XIX, segundo Almeida (2004), somente o homem lecionava, à mulher cabiam os afazeres domésticos. No entanto, no final do século XIX e começo do século XX, esse cenário mudou, a figura feminina começa a ser vista com outros olhos, pois foi atribuído às mulheres o sentido de serem possuidoras de pureza e amor, por serem carinhosas com seus filhos e amorosas e por terem “vocação” para educar as crianças nas escolas.

A esse respeito, Almeida (2004, p. 60) discorre que, em “[...] contrapartida, enquanto o magistério de crianças se tornou um espaço feminino, afastou também das salas de aula os homens, que buscaram outras opções na estrutura hierárquica escolar, ocupando cargos administrativos”.

Conforme o número de mulheres foi aumentando e, conseqüentemente, assumindo o papel principal no magistério, elas acabaram ficando responsáveis por educar crianças em estabelecimentos escolares e os homens foram direcionando sua formação para outros cargos relacionados à administração para, futuramente, atuarem em espaços públicos e privados da sociedade local.

Em conformidade com Almeida (2004, p. 61-62):

A feminização do magistério, que dava mostras incipientes já a partir dos finais do século XIX, seria fortalecida após a República. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola doméstica, cuida, ampara, ama e educa. Essa crença vai ter seu prolongamento nas décadas seguintes à Proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, vai colocar nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. A figura da mulher atuante na escola-mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso é esculpida em prosa e verso. Nessa visão constrói-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalantar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências.

Ao longo do século XX, a feminização do magistério foi se fortalecendo em todo o território brasileiro e, cada vez mais, a procura do curso pelos homens foi diminuindo, ademais, passaram a buscar outra formação por almejam uma profissão que possibilitasse um rendimento salarial melhor.

Com o aumento de escolas públicas e a falta de professores primários, o magistério significou uma das poucas profissões destinadas à mulher, uma vez que era uma opção adequada ao sexo feminino, além de ser uma extensão dos afazeres de casa. No entanto, para frequentar a Escola Normal e depois trabalhar em escolas primárias, a mulher necessitava de autorização de seu pai e/ou marido.

Houve uma presença predominante feminina no Curso Normal, em Paranaíba. O curso proporcionava às moças exercerem uma profissão, mas, como ainda havia muitas vagas nas escolas rurais existentes nesse município, pode-se considerar que talvez não fosse uma profissão atraente. Essa pouca procura pelo Curso, de certa forma, é intrigante, uma vez que havia uma grande demanda, conforme dados apurados no IBGE referentes à população desse município – os que viviam na cidade e os que viviam no campo.

### **Perfil social das normalistas da Escola Normal Estadual de Paranaíba**

As informações encontradas nas fontes localizadas nos arquivos das ex-alunas e da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa permitiram reconstruir estatisticamente, por meio de gráficos, restritos ao período de 1967 a 1969<sup>24</sup>, as representações referentes à filiação, ou seja, possibilitaram identificar quem eram esses alunos do Curso Normal e de qual classe social faziam parte.

Como mostra o Gráfico 1, no período correspondente aos três primeiros anos do curso em estudo, 21,21% dos alunos matriculados eram filhos de fazendeiros, seguidos com a mesma porcentagem de 18,18% os filhos dos comerciantes e lavradores. Cabe ressaltar que, no momento da realização da análise das profissões dos pais dos alunos, observou-se que o termo fazendeiro/lavrador foi utilizado para indicar o mesmo aluno, porém em matrículas diferentes. Desse modo, acredita-se que era utilizado o mesmo termo

---

<sup>24</sup> Limitou-se o período em razão de ser a primeira turma e por ter localizado documentação.

para o indivíduo que trabalhava em fazenda, desse modo, a pessoa poderia se declarar fazendeiro em um ano e no outro apresentar-se como lavrador.

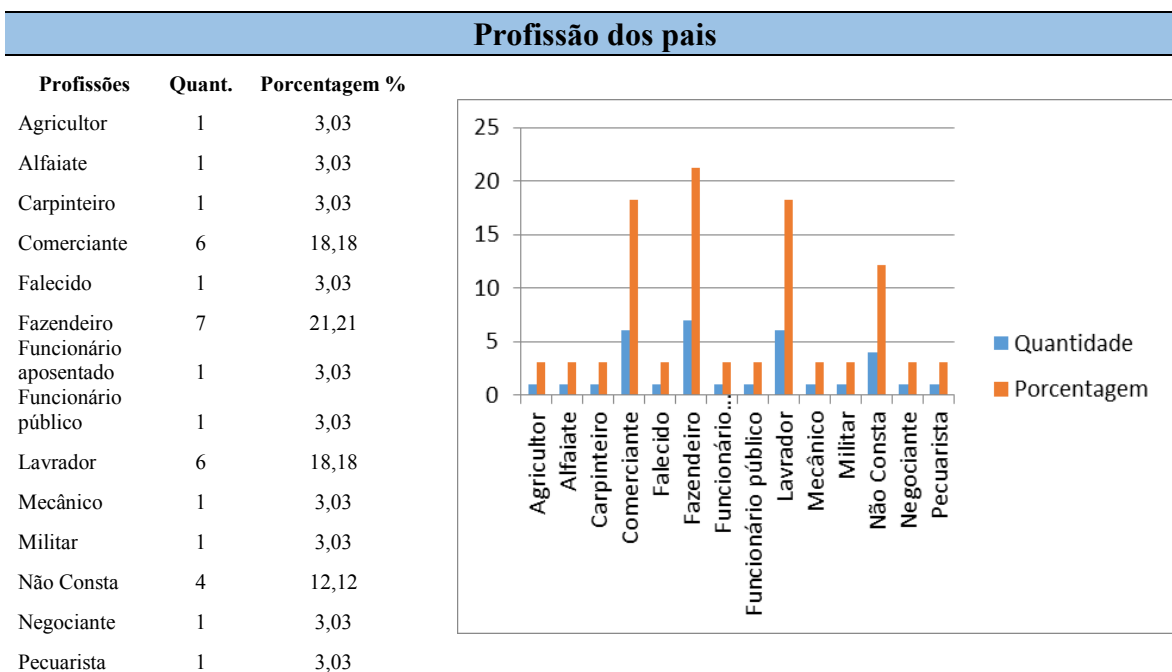


Gráfico 1 - Origem paterna social dos estudantes da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1967 a 1969. Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

Em face dos elementos elencados no Gráfico 2, nota-se a predominância de alunos oriundos de uma classe social com mais recursos financeiros no Curso Normal Estadual, uma vez que apenas uma mãe era funcionária pública e a outra era professora, as demais, que totalizaram 93,94%, eram lides domésticas, ou seja, donas de casa. Diante dessa porcentagem, pode-se concluir que essas alunas conquistaram oportunidades que suas mães não tiveram, pois a atividade da maioria das mulheres, nesse período, restringia-se apenas aos afazeres domésticos, cuidando da casa e dos filhos.

Após a mudança de endereço, ocorrida no final de 1969, para o funcionamento da Escola Normal Estadual, como já mencionado, pode-se observar no Gráfico 3, que as profissões dos pais mudaram, entre 1970 e 1975.

## Profissão das mães

Profissões	Quant.	Porcentagem
Funcionária pública	1	3,03
Lides domésticas	31	93,94
Professora	1	3,03

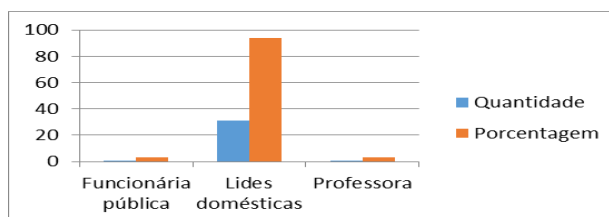


Gráfico 2 - Origem materna social dos estudantes da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1967 a 1969  
Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

## Profissão dos pais

Profissões	Quantidade	Porcentagem
Açougueiro	1	1,16
Agropecuária	1	1,16
Bancário	1	1,16
Carpinteiro	20	23,26
Construtor	2	2,33
Contador	1	1,16
Despachante Policial	1	1,16
Falecido	1	1,16
Fazendeiro	9	10,47
Fiscal de renda	1	1,16
Fotógrafo	1	1,16
Func. Municipal	1	1,16
Func. Público	5	5,81
Lavrador	19	22,09
Mecânico	1	1,16
Motorista	3	3,49
Não Consta	10	11,63
Pecuarista	3	3,49
Sapateiro	1	1,16
Telefonista	1	1,16
Tintureiro	1	1,16



Gráfico 3 - Origem paterna social dos alunos da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1970 a 1975. Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

### Profissões das mães

Profissões	Quantidade	Porcentagem
Costureira	1	1,16
Lides domésticas	84	97,67
Professora	1	1,16

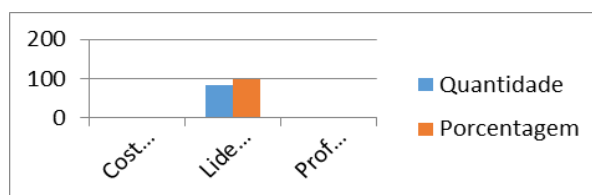


Gráfico 4 -Origem materna social dos alunos da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1970 a 1975.Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

Entre os anos de 1967 e 1975, verificaram-se alterações nas profissões dos pais dos alunos matriculados no Curso Normal Estadual. No ano de 1967, como mostra o Gráfico 1, o índice de profissão predominante era a de fazendeiro; ao passo que, no Gráfico 3, o contexto é outro, a profissão que apresenta maior percentual é a de carpinteiro 23,26%, seguida pela de lavradores 22,09%. Esses dados evidenciam que esta situação ocorreu em virtude de a cidade estar crescendo, por receber migrantes de localidades próximas ou pessoas que se mudavam dos campos para a cidade e, conseqüentemente, houve aumento da construção de moradias e, por conseguinte, da oferta de emprego. Bertoletti (2013a) adverte, entretanto, que até o Censo de 1970, prevaleceu no município de Paranaíba a população rural sobre a urbana, isso em razão da extensa população rural do município, pois os dados apontavam 22.790 habitantes na zona rural e 8.510 habitantes na urbana.

Cabe assinalar que os dados dos gráficos apresentados, em conformidade com as fontes documentais analisadas, permitiram concluir que os alunos do Curso Normal Estadual de Paranaíba, tanto os que estudaram no prédio do Rotary Club como os que estudaram na Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, pertenciam a uma classe de trabalhadores do comércio, da pecuária e agricultura.

Portanto, esse meio social de Paranaíba era predominante de moças que buscavam adquirir novos conhecimentos e uma profissão por meio do curso de formação de professores, sendo esse um ofício diferente daquele vivenciado em casa, por suas mães, que se dedicavam ao lar, sendo mãe e esposa.

Como um município que é tão antigo, comparado a outros, teve seu Curso Normal Estadual instalado tardiamente e, após sua criação, teve pouca procura?



Uma hipótese sobre o atraso da implantação da Escola Normal Estadual de Paranaíba poderia estar relacionada à sua localização geográfica, por estar muito distante da capital do estado (Cuiabá) e também pelas dificuldades de não dispor de rodovias, fator que dificultava o acesso a outras localidades.

Após sua emancipação, Paranaíba enfrentou desafios de oferecer estudos a seus habitantes, que antes tinham que se deslocar a outras localidades para este fim. De modo que iniciativas de pessoas da comunidade, como os religiosos, foram importantes para se conseguir um curso para formar professores na cidade. Outras iniciativas, como as dos rotarianos, também foram essenciais para a criação do primeiro Curso Normal Estadual.

A longa distância da capital (Cuiabá) e as limitações impostas pela dificuldade de acesso, pela falta de rodovias, levaram o município de Paranaíba a apresentar uma configuração particular para a criação da Escola Normal, que contou muito mais com ações de seus habitantes do que com iniciativas governamentais.

Sem dúvida, as barreiras geográficas dificultaram, mas não foi o principal motivo. Mesmo com a criação do curso, conforme demonstrado, a procura não foi significativa, considerando-se que havia uma grande quantidade de professores leigos<sup>25</sup>.

### **Considerações finais**

A implantação do curso de formação de professores primários em Paranaíba ocorreu, portanto, de modo semelhante ao processado em outros Estados brasileiros. Verificou-se a influência do ensino ministrado no Estado de São Paulo, por meio indireto, uma vez que o corpo docente da Escola Normal de Paranaíba com formação para o Magistério era composto, na sua maioria, por professores formados naquele Estado.

A Escola Normal Estadual iniciou suas atividades educacionais em 1967, no prédio cedido pelo Rotary Club, funcionando nesse local por três anos. Em seguida, foi transferida para a Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa. Após a implantação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que reformou toda a instrução pública em âmbito nacional, cessou suas atividades com a denominação de Escola Normal Estadual, em dezembro 1975. No dia 11 de março de 1975, sob o Decreto nº 2.499, a Escola Normal Estadual

---

<sup>25</sup> Até o final da década de 1960, o ensino primário em Mato Grosso contava com 78,7% dos professores leigos, alguns dos quais nem possuíam o curso primário completo (MATO GROSSO, 1965).

recebeu a denominação **Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aracilda Cícero Corrêa da Costa**, em homenagem à professora normalista Aracilda Cícero Corrêa da Costa.

Com base nos dados dispostos até o momento, entende-se que a criação do Curso Normal Estadual ocorreu em virtude dos interesses políticos locais e também do esforço do presidente e membros do Rotary Club, que, ao finalizarem a construção do prédio, disponibilizaram-no para que o curso pudesse funcionar. Portanto, o Curso Normal Estadual de Paranaíba funcionou, de 1967 a 1969, no prédio cedido pelo Rotary Club; transferiu suas atividades, a partir de 1970, para o prédio onde funcionava a Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, até 1975 – data que marcou a mudança da denominação da Escola Normal Estadual mediante Decreto nº 2.499, passando a ser chamada **Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aracilda Cícero Corrêa da Costa** – a partir de 1976, o curso continuou sendo ofertado, porém com a denominação Habilitação Específica para Magistério de 2º grau, conforme previa a Lei nº 5.692/1971.

Cabe ressaltar que o Curso Normal Estadual de Paranaíba enfrentou dificuldades em seus processos de criação e funcionamento, em razão da longa distância da capital Cuiabá. Paranaíba sofreu também com as disputas do poder local. Outra característica deste município estava em sua população que, até 1970, era predominante da zona rural, como mostraram os dados do IBGE. Embora o curso tenha sido instalado nessa região somente no final da década de 1960, não houve grande procura da população.

Assim como a maioria dos Cursos Normais instalados pelo território brasileiro, em Paranaíba, os alunos que frequentavam não eram diferentes, pois 99% correspondiam ao sexo feminino. A maior parte era natural de Paranaíba e tinha entre 16 e 30 anos.

Os poucos professores com formação pedagógica que trabalharam no Curso Normal de Paranaíba receberam sua formação no Estado de São Paulo, na cidade de Araçatuba, na instituição Colégio Nossa Senhora Aparecida, uma vez que era um costume local os pais que podiam pagar pelos estudos enviar seus filhos para aquela cidade paulista. Entretanto, os demais professores que não tinham formação pedagógica eram formados em Direito, Odontologia, Farmácia, entre outros, que acabaram lecionando no curso em virtude da falta de professores com graduação específica.

Por fim, é importante ressaltar que os fatos apresentados neste estudo constituem um recorte da história da educação brasileira e, mesmo que ocorrida num espaço específico – na cidade de Paranaíba, quando pertencia ao Estado de Mato Grosso –, contribuem para

o contexto amplo da criação e configuração da Escola Normal no Brasil. Essa pesquisa mostrou como ocorreram os processos de criação e funcionamento do Curso Normal Estadual na cidade de Paranaíba, no período de 1967 a 1975. Sem a pretensão de encerrar o assunto, espera-se contribuir para novas pesquisas que tratem deste tema.

## Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres da educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 58-107.

ALVES, Rosimar Pires. Bibliotecas escolares na escola primária em Paranaíba (1936-1971): alinhando memórias, costurando a história. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MATRIZES INTERPRETATIVAS E INTERNACIONALIZAÇÃO, VIII., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015. p. 1-15.

AMÂNCIO, Lazara Nanci de. **Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910-1930**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. Alfabetização na escola primária: sujeitos e práticas (Paranaíba/MS - 1936-1961). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, PERCURSOS E DESAFIOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LUSO-BRASILEIRA, X., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC, 2014. p. 1-11.

\_\_\_\_\_. **Materiais didáticos para ensino de leitura e escrita na memória da escola primária em Paranaíba/MS (1928-1975)**. 2015. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

\_\_\_\_\_. Material didático para o ensino da leitura e da escrita na memória da escola primária em Mato Grosso do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NO BRASIL - SIHELE, II., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2013a. v. 1, p. 1-15.

\_\_\_\_\_. Memórias da Escola Primária em Paranaíba/MS (1946-1971). In: FURTADO, Alessandra Cristina; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; MOREIRA, Kênia Hilda (Org.). **História da Educação Escolar: múltiplas fontes; múltiplos olhares**. São Carlos, SP: Pedro & João, 2012. p. 17-33.

\_\_\_\_\_. Organização da escola primária em Paranaíba/MS (1935-1975). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, VII., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013b. p. 1-10.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: História e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Sirlei Maria Fischer (Org.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. p. 9-38.

BRANDÃO, Maria Aparecida Neves. **Pelos caminhos de Santana**. Campo Grande: Gráfica Brasília. 1998.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm)>. Acesso em: 5 mar. 2014.

BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações de terra e escravidão (1830-1889). In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (Org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 219-250.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. 2. ed. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CAMARGO, Isabel Camilo de. **O sertão de Santana de Paranaíba**: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana de Paranaíba - de 1700 a 2002**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. **Santana do Paranaíba**: dos Caiapós à atualidade. Paranaíba, MS: Prefeitura de Paranaíba, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados (online)**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

CONCEIÇÃO, Maysa Mendes. **Arquivos Escolares**: a digitalização da base documental da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa. 2014. Projeto de Extensão (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Mato Grosso, Paranaíba, MS, 2014.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Capítulo IV**: Do Ensino Normal. Cuiabá, 1963. p. 6.

DIAS, Walter Faustino. Histórico do Educandário. In: EDUCANDÁRIO SANTA CLARA. **Livro Tombo II - Atas e Crônicas do Educandário Santa Clara**. Paróquia de Sant' Ana: Paranaíba/MS, maio 1968.

EDUCANDÁRIO SANTA CLARA. Decreto Lei nº 839, de 30 de dezembro de 1949. Lei Orgânica do Ensino Normal. Cuiabá, 1950.

\_\_\_\_\_. **Livro de Ata nº 2 da Escola Normal Santa Clara**. Paranaíba, 1964. (Registro do Decreto nº 654 estadual, de 22 fevereiro de 1964).

\_\_\_\_\_. **Livro de Ata nº 11 da Escola Normal Santa Clara**. Paranaíba, 1969. (Registro da suspensão do oferecimento do curso Normal, de 27 fevereiro de 1969).

ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE PARANAÍBA. **Ficha Individual do ano letivo**. Paranaíba, 1967.

\_\_\_\_\_. **Ficha Individual do ano letivo**. Paranaíba, 1968.

\_\_\_\_\_. **Ficha Individual do ano letivo**. Paranaíba, 1969.

ESCOLA ESTADUAL ARACILDA CÍCERO CORRÊA DA COSTA. Disponível em: <[http://stematutino-aracilda.blogspot.com.br/2009\\_03\\_01\\_archive.html](http://stematutino-aracilda.blogspot.com.br/2009_03_01_archive.html)>. Acesso em: 8 jan. 2014.

FONTOURA, Afro do Amaral. **Didática Geral**. Rio de Janeiro: Aurora, 1966. (Acervo pessoal de Jane Carmen Lacerda).

FREITAS, Marcelo Alves de. **Grupo Escolar José Garcia Leal: implantação e trajetória em Paranaíba (1945-1960)**. 2011. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2011.

GARCIA, Noely Costa Dias. **Do Curso Normal ao Magistério: o curso Normal Estadual em Paranaíba/MT (1967-1975)**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015.

\_\_\_\_\_. **O ensino da disciplina Didática no Curso Normal em Paranaíba (1967-1971)**. 2013. 134 f. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2013.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p 143-179.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. 21.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LACERDA, Jane Carmen. **Álbum de fotos: Fotografia da 1ª turma de formandos do Curso Normal.** Paranaíba, 1969.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória.** Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.  
p. 535-549.

LEITE, Gervásio. **Um século de Instrução Pública.** Goiânia: Rio Bonito, 1970.

LEX, Ary. **Biologia Educacional.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967. (Atualidades Pedagógicas, v. 46). (Acervo pessoal de Jane Carmen Lacerda).

LOBO, R. Haddock. **História do Brasil.** Ciclo colegial. São Paulo: Duas Cidades, 1967. (Acervo pessoal de Jane Carmen Lacerda).

MATO GROSSO. Decreto Lei nº 2.499, de 11 de março de 1975. Nova denominação a Escola Normal Estadual de Paranaíba. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá, 11mar. 1975. p. 3.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 839, de 30 de dezembro de 1949. Cuiabá, MT: Arquivo Público Mato Grosso, 1949.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.635, de 3 de agosto de 1966. Cria-se uma Escola Normal em Paranaíba/MT. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá, 3 ago. 1966. p. 2.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde – Plamat. **Diretrizes para a Educação em Mato Grosso.** Cuiabá, 1965.

OLIVEIRA, Gilberto Abreu de. **A trajetória da normalista Maria Constança Barros Machado no sul de Mato Grosso (1913-1966).** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Coleção História e Reflexões).

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996. (Coleção Educação).

PROST, Antonie. Os fatos e a crítica histórica. In: \_\_\_\_\_. **Doze lições sobre a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 53-73.

ROTARY CLUB. **Livro Ata nº 8.** Paranaíba, 1966. (Reunião dia 10/08/1966 anuncia o funcionamento do Curso Normal no próximo ano 1967 em Paranaíba).

\_\_\_\_\_. **Livro Ata nº 29.** Paranaíba, 1967a. (Reunião dia 25/01/1967 – necessidade de adquirir junto ao governo do estado móveis para o funcionamento do curso Normal).

\_\_\_\_\_. **Livro Ata nº 31**. Paranaíba, 1967b. (Reunião dia 08/02/1967 – móveis para o curso Normal).

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A formação de professores em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V., 2008, Aracaju, SE. **Anais...** Aracaju, SE: UFS/UNIT, 2008. p. 1-13.

SIMÕES, Caroline Hardoim. **A formação de professores na escola normal Joaquim Murtinho no Sul e Mato Grosso no período de 1930 a 1973**. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 14, p. 61-88, 2000.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.